

GESTÃO ESCOLAR NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: ESTUDO PRELIMINAR¹

Nilza Helena de Oliveira²
Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)
nilza.oliveira@ifmg.edu.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como referência fundamental os dados do Censo da Educação Básica divulgados anualmente pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP – BRASIL, 2021). Nestes são encontradas informações sobre os gestores, que são os responsáveis jurídicos ou legais pelos estabelecimentos públicos e privados de Educação Básica. Tais estabelecimentos são obrigados a responder o censo realizado pelo INEP anualmente, conforme determinado no art. 4º do decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008.

Especialmente para o presente trabalho ganham destaque, entre os dados de 2020, o fato de 80,6% dos cargos de direção das escolas de educação básica é ocupado por mulheres (Tabela 1). Entretanto, considerando os dados por dependência administrativa, nota-se que nos estabelecimentos da rede federal a presença feminina nos cargos de direção decresce para o percentual de apenas 22,3%. Para compreensão desses dados vale buscar as contribuições de estudos que investigam as questões de gênero relacionadas à docência na educação básica e superior.

¹ Este trabalho apresenta resultados preliminares de uma pesquisa que tem por objetivo geral construir categorias explicativas do processo de gestão das escolas da rede federal na perspectiva da relação de gênero e raça.

² Professora substituta do Núcleo de Pedagogia do Departamento de Ciências e Linguagens do IFMG – *Campus Bambuí*.

Tabela 1
Número de diretores na Educação Básica por dependência administrativa, segundo o sexo - 2020

Sexo	Dependência Administrativa					
	Total	Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Total	161.183	123.529	688	28.853	93.988	37.654
Masculino	31.225	25.547	534	9.393	15.620	5.678
Feminino	129.958	97.982	154	19.460	78.368	31.976

Fonte: Brasil (2021)

DESENVOLVIMENTO

Primeiro, interessa destacar o estudo de Gatti e Barreto (2009), que aponta que a categoria docente no Brasil é majoritariamente feminina, pois são 83,1% de mulheres e 16,9% de homens. As referidas autoras apontam, ainda, que essa predominância é na educação básica, mas com diferentes proporções conforme a etapa de ensino: (a) educação infantil (98% são do sexo feminino); (b) no ensino fundamental (83,5%), aumentando para 93% quando se considera apenas as quatro primeiras séries desse nível; (c) no ensino médio são encontradas as menores proporções de docentes do sexo feminino, que corresponde a 67% contra 33% do sexo masculino.

Da mesma forma, o “Estudo exploratório sobre o professor brasileiro, elaborado com base nos dados do censo escolar de 2007” pelo (MEC, 2009), evidencia que o perfil predominantemente feminino dos profissionais vai se modificando à medida que se caminha da educação infantil para o ensino médio e para a educação profissional. Como pode ser verificado no Gráfico 1, extraído do referido estudo, na educação profissional encontra-se situação distinta, pois há uma predominância de professores do sexo masculino, contabilizando 46,7% de profissionais do sexo feminino contra 53,3% do sexo masculino.

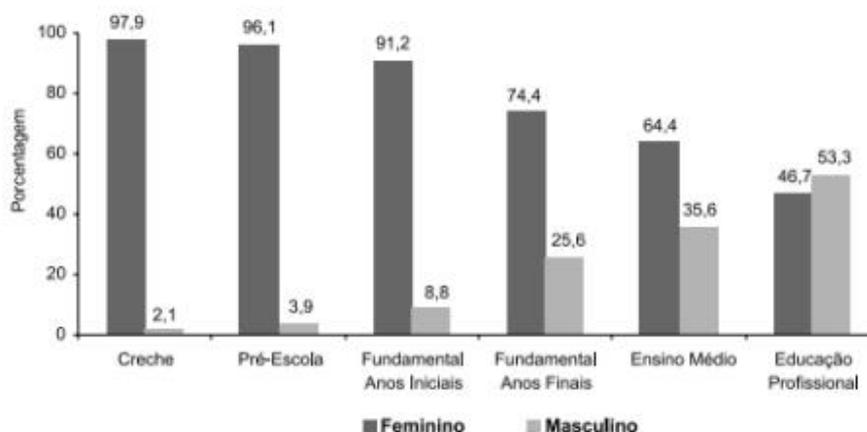


Gráfico 1 – Professores das Etapas da Educação Básica segundo o Sexo – Brasil – 2007

Fonte: Brasil (2009)

Com base nesses dois estudos, e considerando a competência dos poderes públicos definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em vigor, é perceptível nos dados da Tabela 1 que a presença feminina na gestão escolar também é hierarquizada conforme a etapa da educação básica, ou seja, é marcante na rede municipal, onde a competência é a oferta da educação infantil e o ensino fundamental (83,3%), decresce na rede estadual (67,4%) cuja competência é a oferta do ensino médio e decresce significativamente na rede federal (22,3%), cujas instituições ofertam do ensino médio da educação básica integrada ao ensino técnico da educação profissional dentro de um modelo institucional que engloba também a oferta do ensino superior.

Dos dados do censo, importa destacar também, a Tabela 2, que evidencia as quatro formas de acesso ao cargo de direção, ou seja: (a) exclusivamente escolha da gestão; (b) processo eleitoral, concurso público, (c) processo seletivo; (d) ser proprietário.

Tabela 2
Percentual de diretores, por forma de acesso ao cargo,
segundo a rede de ensino – 2020

Rede de Ensino	Forma de acesso ao cargo					
	Exclusivamente por Escolha da Gestão	Processo Eleitoral	Concurso Público	Processo Seletivo e Escolha da Gestão	Ser proprietário	Outro
Pública	54,9%	20,1%	8,3%	7,0%	–	9,7%
Federal	17,4%	67,2%	0,4%	3,1%	–	11,9%
Estadual	23,0%	38,1%	11,3%	9,6%	–	17,9%
Municipal	65,0%	14,2%	7,5%	6,2%	–	7,1%
Privada	30,0%	–	–	8,3%	54,3%	7,4%

Fonte: Brasil (2021)

Os dados ressaltam que na rede municipal o acesso ao cargo é exclusivamente por escolha da gestão (65,0%) e na rede federal o acesso ao cargo de direção ocorre por processo eleitoral (67,2%). Constata-se, então, que na rede municipal, onde há o predomínio do sexo feminino, o acesso ao cargo é por escolha da gestão e, na rede federal, de forma inversa, onde há a predominância do sexo masculino, o acesso ao cargo se dá pela via democrática de processo eleitoral.

O fato de as instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica serem equiparadas às universidades federais quanto à incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, conferem aos profissionais que nelas atuam um maior *status* social. Santos *et al* (2021) explicam que “conforme ascende o nível educacional da docência, aumenta o prestígio social atribuído à profissão, pois é socialmente reconhecido como o maior grau na hierarquia do ensino brasileiro.”

Santos *et al* (2021) afirmam, ainda, sobre o acréscimo econômico de salários aos docentes do nível superior que têm uma remuneração melhor quando comparados àqueles que atuam na educação básica. Isso pode ser conferido na tabela de remuneração aplicável aos professores da carreira de magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) da rede federal é a mesma da carreira de magistério superior das universidades federais.

Segundo Warde e Rocha (2018), embora o professorado tenha se feminizado a partir de meados do século XIX, os postos mais altos da administração e a

condução intelectual da instrução pública permaneceram predominantemente masculinos. As referidas autoras ressaltam a escassez de estudos sobre o processo de masculinização da direção política e intelectual do campo educacional, concomitante ao processo de feminização do magistério.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto atual, em uma análise preliminar dos últimos dados do Censo da Educação Básica, constata-se a predominância do sexo feminino no corpo docente e no corpo dirigente no âmbito da rede estadual, municipal e privada, o que está relacionado ao fato de essas redes contemplarem as instituições que ofertam, sobretudo, os níveis mais elementares da educação básica. No entanto, no âmbito da rede federal, onde para além do nível médio da educação básica integrado à educação profissional técnica são ofertados também cursos superiores (graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu*), há uma predominância do sexo masculino na gestão.

A despeito disso, nota-se que a presença feminina tem sido expressiva no quadro docente da rede federal, como indicado por Oliveira (2010)³, porém essa presença não tem sido proporcionalmente expressiva no quadro de gestores. Tal evidência, de acordo com a autora, mereceria um exame mais detalhado no sentido de explicitar os fatores que impulsionam a ascensão masculina e coíbem as mulheres de almejarem o posto de comando nas instituições da rede federal.

Por todo o exposto, pode-se concluir que para além dos dados aqui considerados, a realidade é complexa, dinâmica e multifacetada e é difícil apreendê-la em sua totalidade, o que aponta para a relevância de se investigar de forma mais acurada os aspectos relacionados à gestão escolar no âmbito da Rede Federal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estudo exploratório sobre o professor brasileiro, elaborado com base nos dados do censo escolar de 2007. Brasília, DF, 2009.

³ Na análise de uma instituição centenária da rede federal, Oliveira (2010) resalta que originalmente, pelo fato de a instituição investigada ofertar cursos na área industrial sempre teve seu corpo discente e docente formado majoritariamente pelo sexo masculino. Entretanto, verifica-se que a presença de alunas e professoras foi ampliada com a criação de cursos voltados para áreas não industriais. A autora estima que o número professoras corresponda a 40% do corpo docente.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Básica 2020**: notas estatísticas. Brasília, DF, 2021.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. de S. (coord.). **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

OLIVEIRA, Nilza Helena. **Instituições federais de educação tecnológica**: estabelecimentos escolares de referência no ensino médio brasileiro: o caso do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. 2010. 390f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SANTOS, Israel Jairo *et al.* A raça e o gênero na docência do ensino superior. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 14., 2020, São Cristóvão-SE. **Anais** [...]. São Cristóvão-SE, 2020. v. 14. p. 1-18.

WARDE, Mirian Jorge; ROCHA, Ana Cristina Santos Matos. Feminização do magistério e masculinização do comando educacional: estudos no Teachers College da Universidade de Columbia (1927-1935). **Educ. Rev.**, Curitiba, v. 34, n. 70, p. 35-50, ago. 2018.